

# Discursos sobre as (in)justiças climáticas na Amazônia em reportagens da COP-30 na Sumaúma

## Discourses on climate (in)justice in the Amazon reports from COP-30 in Sumaúma

## Discursos sobre la (in)justicia climática en la Amazonía en los informes de la COP-30 en Sumaúma



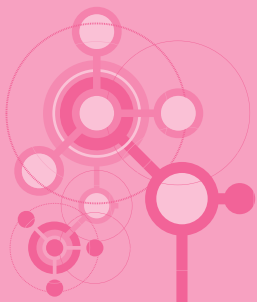
### Cláudia Herte de Moraes

- Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
- Professora de graduação e pós-graduação em Comunicação na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
- E-mail: [claudia.moraes@ufsm.br](mailto:claudia.moraes@ufsm.br)
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3233-311X>



### Eloisa Beling Loose

- Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
- Professora e pesquisadora do Departamento de Comunicação da UFRGS
- E-mail: [eloisa.loose@ufrgs.br](mailto:eloisa.loose@ufrgs.br)
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4755-3046>



## RESUMO

Partindo do jornalismo ambiental, este texto tem como objetivo discutir a perspectiva da (in)justiça climática a partir de reportagens de *Sumaúma* sobre os preparativos da COP-30, que dão visibilidade à relação entre Amazônia e emergência climática. Metodologicamente, adotamos a Análise do Discurso Pecheutiana. Como resultado, apontamos que a justiça climática atravessa, de diferentes formas, o discurso das reportagens analisadas, demonstrando um avanço em relação ao jornalismo *mainstream*. *Sumaúma* apresenta formações discursivas da justiça transformativa e participatória, revelando uma cobertura contextualizada e plural.

PALABRAS CLAVE: JORNALISMO • ANÁLISE DE DISCURSO • (IN)JUSTIÇA CLIMÁTICA • COP-30 • SUMAÚMA.

## ABSTRACT

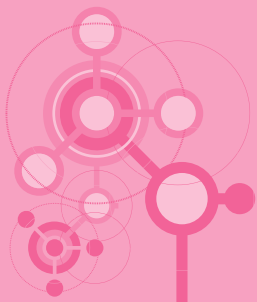
Based on environmental journalism, this text aims to discuss the perspective of climate (in)justice based on reports from *Sumaúma* about the preparations for COP-30, which gives visibility to the relationship between the Amazon and the climate emergency. Methodologically, we adopted Pecheutian Discourse Analysis. As a result, we point out that climate justice permeates the discourse of the analyzed reports in different ways, demonstrating an advance in relation to mainstream journalism. *Sumaúma* presents discursive formations of transformative and participatory justice, revealing contextualized and plural coverage.

KEYWORDS: JOURNALISM • DISCOURSE ANALYSIS • CLIMATE (IN)JUSTICE • COP-30 • SUMAÚMA.

## RESUMEN

Basado en el Periodismo Ambiental, este texto pretende discutir la perspectiva de la (in)justicia climática a partir de los informes de *Sumaúma* sobre los preparativos de la COP-30, que dan visibilidad a la relación entre la Amazonía y la emergencia climática. Metodológicamente, adoptamos el Análisis del Discurso Pecheutiano. Como resultado, asumimos que la justicia climática permea diferentes formas de discurso en los reportajes analizados, demostrando un avance en relación al periodismo convencional. *Sumaúma* presenta formaciones discursivas de justicia transformadora y participativa, revelando una cobertura contextualizada y plural.

PALABRAS CLAVE: PERIODISMO • ANÁLISIS DEL DISCURSO • (IN)JUSTICIA CLIMÁTICA • COP-30 • SUMAÚMA.



## INTRODUÇÃO

A emergência climática tem pautado a cobertura da imprensa global, especialmente em torno das Conferências das Partes (COPs). A Amazônia, vital para o equilíbrio climático global, torna-se palco da COP-30 sob a retórica da emergência climática, sendo, para alguns, entendida como oportunidade de desenvolvimento. Essa visão, contudo, esconde a contradição entre a Amazônia da biodiversidade e de seus guardiões e a pressão por um desenvolvimento nos moldes hegemônicos, ignorando outros modos de vida, sendo uma região de relevância fundamental no enfrentamento da crise climática (Rodrigues, 2024). Modelos de desenvolvimento impostos desconsideram as cosmovisões indígenas e tradicionais, marginalizadas em espaços de governança global, como as COPs, cujas estruturas podem perpetuar a exclusão e a violência ecológica colonial (Grosse; Mark, 2020).

Apesar do aumento da cobertura ambiental na imprensa brasileira, impulsionado por desastres ou embates políticos, a representação da crise climática ainda se orienta majoritariamente por interesses econômicos e fontes oficiais, afastando-se da perspectiva de “baixo para cima” dos movimentos que lutam por justiça climática. Essa última expressão formalizou-se no Acordo de Paris (2015) e foi reforçada pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês [2022]), sublinhando a dívida histórica dos países desenvolvidos e o impacto desproporcional nos mais vulneráveis (Grosse; Mark, 2020). O jornalismo é uma arena-chave para dar visibilidade a essa distribuição desigual de riscos, efeitos e oportunidades climáticas.

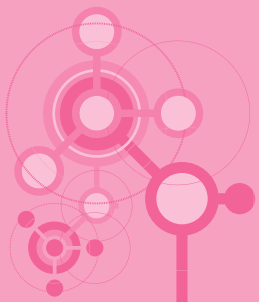
Neste contexto, o trabalho de *Sumaúma*, em homenagem à árvore de mesmo nome, símbolo da floresta, é destaque, embora muitas outras iniciativas jornalísticas na Amazônia já buscassem apresentar outros modos de se relacionar com a natureza (Mendes, 2024). A visibilidade de Brum (2021), cofundadora da iniciativa, ampliou esse debate a partir da Amazônia. *Sumaúma* é uma plataforma de produção jornalística trilingue (publica em português, espanhol e inglês) que trata da região amazônica a partir de sua diversidade e da centralidade da vida, entendida como presente onde está a natureza e não nos mercados<sup>1</sup>. Ela dissemina narrativas que dão protagonismo aos comunicadores indígenas e exigem um deslocamento de olhar, um rompimento com o *status quo* colonial.

Calcado nos estudos de jornalismo ambiental (Loose; Girardi, 2017) e na Análise do Discurso (AD) (Pêcheux, 1997), este artigo discute como reportagens de *Sumaúma* sobre os preparativos da COP-30, no ano de 2023, abordam a justiça climática, apresentando suas perspectivas e contribuições. A proposta foi verificar quais seriam os primeiros discursos que se apresentariam sobre Amazônia e emergência climática a partir da expectativa da realização da COP-30, em novembro de 2025.

## AS LENTES DECOLONIAIS DO JORNALISMO AMBIENTAL

Ainda que tenha havido incremento da pauta climática nos últimos anos, nem sempre a relação com a floresta amazônica e com os amazônidas se faz presente — assim como o enfoque da justiça climática. A cobertura climática na imprensa tradicional frequentemente se limita aos efeitos e a um enquadramento econômico, baseada em fontes oficiais e distante da

1 Conforme reportagem do IJNET, *Sumaúma* foi lançada em setembro de 2022, em Altamira, no Pará, por Eliane Brum e Jonathan Watts, jornalista britânico e editor de meio ambiente do *The Guardian*. É um veículo colaborativo que busca dar “visibilidade às pessoas que lutam pela preservação da floresta e que colocam suas próprias vidas em risco”. Para saber mais: <https://ijnet.org/pt-br/story/suma%C3%B4reportagem-criada-no-cora%C3%A7%C3%A3o-da-amaz%C3%B4nia>.



realidade local, especialmente no Sul Global (Takahashi, 2011; Moraes, 2015; Loose, 2020). Interesses político-econômicos promovem narrativas calcadas na racionalidade econômica e em soluções paliativas (como mercado de carbono e respostas tecnológicas), vendo a crise como oportunidade de negócio (Takahashi; Martínez, 2017).

No Brasil, estudos demonstram que os indígenas trazem a crítica ao *status quo* e apontam alternativas compatíveis com o cuidado com a natureza (Moraes *et al.*, 2022). A base é uma visão biocêntrica; contudo o espaço concedido a esses atores ainda é restrito, mesmo em veículos jornalísticos dedicados à cobertura de meio ambiente e não vinculados aos grandes grupos de comunicação (Loose, 2024). Callison (2017) recorda que a narrativa das mudanças climáticas envolve disputas de poder e coloca em xeque a forma de vida que conhecemos. Ao visibilizar as cosmovisões indígenas, é preciso reconhecê-las como um caminho realmente possível — algo historicamente negado pela lógica colonial. No entanto observa-se que alguns aspectos da cobertura jornalística estão em transformação, ainda que de forma gradual e fortemente atrelados a nichos, como em materiais especializados no jornalismo ambiental.

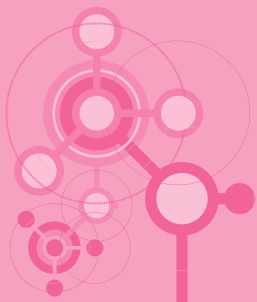
Desde a emergência do jornalismo ambiental brasileiro, sua prática pode ser considerada engajada, opondo-se diretamente às injustiças ambientais (Loose; Belmonte, 2023). Os pressupostos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (Loose; Girardi, 2017), indicam a necessidade de substituir uma racionalidade econômica por outra, ambiental (Leff, 2001), que dê conta da complexidade das relações existentes entre sociedade e natureza e incorpore as lentes do saber ambiental. Além da ênfase na contextualização, inclui-se a necessidade de uma pluralidade de vozes, uma cobertura sistêmica e próxima ao leitor, a responsabilidade com a mudança de comportamento (de uma cultura exploratória para outra que priorize o cuidado) e a qualificação da informação ambiental. Com o avanço dos efeitos climáticos, o princípio da precaução e a compreensão dos riscos também passam a ser considerados nessa prática jornalística.

Essas balizas orientadoras da cobertura ambiental partem da crítica de que há uma ênfase, a partir de certas lógicas e critérios profissionais constituidores do campo, que reforçam a colonialidade, isto é, processos que sustentam as desigualdades em prol de grupos político-econômicos dominantes (Moraes; Fante, 2020). Para Mignolo (2017), a exploração da natureza sempre foi um dos eixos sustentadores da colonialidade, evidenciando por que pautar os conflitos ecológicos significa também questionar as injustiças ambientais.

Já a colonialidade jornalística se manifesta a partir da manutenção de uma estrutura que ainda privilegia certas realidades e compreensões de mundo em detrimento de outras. Conforme Guilbert (2020), o poder político e o poder dos meios de comunicação estão fortemente entrelaçados, sendo suas visões de mundo semelhantes e os conteúdos produzidos por e para aqueles que obtêm algum benefício.

## PERSPECTIVAS DE JUSTIÇA CLIMÁTICA

Antes do apelo climático, o debate sobre as injustiças decorrentes da relação homem-natureza já existia a partir da “justiça ambiental”. Essa expressão teve início com um movimento nos Estados Unidos, na década de 1960, contra a contaminação e o racismo ambiental, tratando da distribuição desigual relacionada à degradação da natureza, geralmente concentrada em populações vulnerabilizadas. A justiça ambiental pode ser entendida “como a contrariedade frente à concentração dos benefícios do desenvolvimento para um grupo e a destinação, de forma desproporcional, dos riscos ambientais para outro (pobres e grupos étnicos desprovidos de posses)” (Achselrad; Mello; Bezerra, 2009, p. 15). Logo, ela combate o racismo ambiental, entendido por Herculano e Pacheco (2006) como as injustiças sociais e ambientais (e aqui destacamos que a



nossa perspectiva ambiental abarca questões econômicas, políticas, sociais, culturais e éticas, por partir de uma visão de mundo sistêmica) que recaem de forma desproporcional sobre determinados grupos, não se limitando apenas às ações intencionalmente racistas, mas também àquelas que apresentam impacto racial.

O conceito de justiça climática carrega essa proposta e evidencia a emergência climática, considerada por alguns autores um dos maiores desafios da humanidade neste século (Ereaut; Segnit, 2006). Roosvall e Tegelberg (2015, p. 39) sintetizam a justiça climática, a partir de outros autores, como uma proposta de “[...] visões das mudanças climáticas como uma questão ética, vinculando-as à igualdade global, aos direitos humanos e à responsabilidade histórica”.

É importante destacar a inter-relação existente entre a crise climática e a violação de direitos humanos, já registrada nos Princípios da Justiça Climática de Bali (International climate justice network, 2002). De acordo com Humphreys (2009), os direitos à vida, saúde, alimento, água, abrigo, trabalho, cultura e segurança, para citar alguns exemplos, já estão ameaçados em razão do agravamento das mudanças climáticas, afetando sobretudo as pessoas e grupos mais vulnerabilizados.

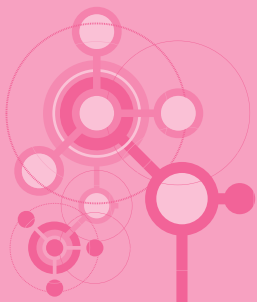
Considerando a amplitude do conceito e seu caráter multifacetado, destacamos duas abordagens complementares para pensar enquadramentos das injustiças derivadas da emergência climática: a trazida por Roosvall e Tegelberg (2015), a partir da teoria da justiça social de Nancy Fraser; e a de Walker (2012), que destaca as dimensões distributiva, participatória e transformativa da justiça climática.

A primeira, baseada em Fraser (2008), aponta que a justiça social possui três aspectos indissociáveis: 1) o redistributivo, orientado para questões econômicas; 2) o do reconhecimento, centrado nas questões culturais; e 3) o da representação, atrelado à participação social. No caso da crise climática, tal perspectiva analítica é relevante porque permite uma leitura transversal do problema. Aqueles que menos têm recursos para realizar a adaptação climática são os que possuem suas visões de mundo negadas ou inferiorizadas, o que gera exclusão também nos espaços de debate público e tomada de decisões. Nesse sentido, Roosvall e Tegelberg (2015), em estudo com ativistas indígenas, demonstram como a falta de reconhecimento das suas formas de se relacionar com a natureza enfraquece ou mesmo inviabiliza a inclusão dos guardiões da floresta na discussão de políticas climáticas.

Já na proposta de Walker (2012), a justiça distributiva está associada à desigualdade de emissões de GEE e seus impactos; a justiça participatória reconhece a falta de poder de influência dos mais afetados nos processos de decisão, empenhando-se para combater tal injustiça; enquanto a justiça transformativa busca dismantelar as estruturas coloniais e capitalistas que são as raízes da crise climática. Nesse último sentido, Joshi (2023, p. 132) traz a justiça epistêmica, que envolve “o empoderamento, o reconhecimento e a validação dos sistemas de conhecimento ou formas de conhecimento indígenas”, destacando que é preciso considerá-la sem a comparação ou enquadramento com o conhecimento ocidental, baseado na ciência. Falamos aqui em valorizar saberes tradicionais e ancestrais que, a partir da colonização, passaram a ser excluídos, silenciados e desvalorizados em prol do conhecimento eurocêntrico, apresentado como universal.

A cobertura tradicional das COPs frequentemente enfatiza a justiça distributiva global (dívida climática) (Girardi *et al.*, 2013), mas raramente aborda a complexidade local ou as vozes marginalizadas (Loose, 2024). A própria estrutura das COPs pode limitar o debate profundo, refletindo os sistemas coloniais-capitalistas na origem da crise (Grosse; Mark, 2020). Essa dinâmica se conecta à colonialidade climática (Law, 2023; Sultana, 2022), que evidencia como o Sul Global sofre desproporcionalmente os impactos gerados principalmente pelo Norte Global, perpetuando desigualdades que também se manifestam internamente nos países, chamado de colonialismo ambiental/climático (Atilés-Osória, 2013), com elites





locais consentindo a exploração em detrimento dos mais vulneráveis. A cobertura acrítica de tais eventos traz o risco de reproduzir essa colonialidade. Portanto, cresce em importância o olhar a partir dos pressupostos do jornalismo ambiental.

## METODOLOGIA

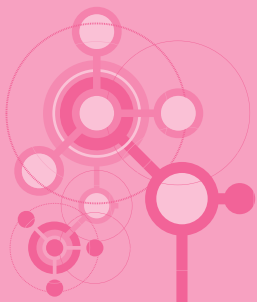
A fim de verificar a incorporação da justiça climática na cobertura da COP-30, buscamos o singular dentre as experiências jornalísticas realizadas no território amazônico. A plataforma *Sumaúma*, criada em 2022, é um exemplo de jornalismo ambiental que abarca outras narrativas e formas de ver a relação sociedade-natureza. Em seu manifesto inaugural, afirma que a “compreensão dos mundos não é compartimentada: entendemos que a crise climática atravessa todos os temas e é assim que deve ser tratada pelo jornalismo”. Com isso, se coloca como um veículo de comunicação integrado ao desafio ambiental, de larga complexidade.

Este estudo filia-se à perspectiva da AD de linha pecheutiana. Essa corrente abriga especialmente as questões relacionadas à ideologia materializada na prática de linguagem. Deste ponto de vista, o discurso é entendido como uma produção de sentido entre interlocutores situados historicamente, afetados por condições de produção específicas (Pêcheux, 1997). Na análise apresentada, utilizamos o conceito de Formação Discursiva (FD): “aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)” (Pêcheux, 1997, p. 160). As condições de produção incluem elementos como o lugar social dos interlocutores, e o contexto e época históricos, atravessados pela ideologia (Orlandi, 2009). Assim, ao analisar as reportagens de *Sumaúma*, buscamos não apenas o que é dito, mas como, por quem e em que circunstâncias esses sentidos são construídos (aplicando-se aqui a noção de FD), revelando as ideologias e as disputas discursivas em torno da emergência climática e da Amazônia.

Para o estudo dos discursos de *Sumaúma*, as FDs foram mobilizadas a partir das dimensões já apresentadas em seção anterior, propostas pelos trabalhos de Walker (2012), Roosvall e Tegelberg (2015) e Joshi (2023). Reunimos aspectos comuns, conforme o Quadro 1, e articulamos seus elementos predominantes com as bases do jornalismo ambiental, tendo em vista que está em análise um veículo declaradamente engajado na defesa da Amazônia.

Quadro 1: Formações discursivas

FD	Dimensão predominante	Aspectos observados
FD1 - Justiça Redistributiva	Econômica	Distribuição das emissões Responsabilidades históricas Responsabilização dos beneficiários das emissões Dívida climática Impactos desiguais (mesmo dentro do mesmo território)
FD2 - Justiça Transformativa	Cultural	Epistemologias/cosmovisões Desmantelamento das estruturas coloniais e capitalistas (causas da crise climática) Críticas ao <i>status quo</i> Transformação social (caminhos possíveis)



FD	Dimensão predominante	Aspectos observados
FD3 - Justiça Participatória	Política	Relações de poder Influência na tomada de decisões Reivindicação por direitos Participação

Fonte: Elaboração própria (2025).

O recorte da análise busca compreender como *Sumaúma* cobriu, em 2023, o anúncio da COP brasileira. No buscador da plataforma do veículo, inserimos a expressão COP-30 e encontramos dois textos no período: “Vale tudo para maquiar Belém para a COP-30?”, publicada em 25 de julho; e “Cúpula da Amazônia: povos-floresta deram demonstração de força para impedir recuo dos governos”, publicada em 24 de agosto.

As reportagens identificadas são longas e bem contextualizadas, o que viabilizou a análise proposta a partir de 75 sequências discursivas (SDs)<sup>2</sup>, selecionadas da totalidade dos textos, observando-se os aspectos mais relevantes — entendidos como marcas discursivas — a partir das FDs relacionadas à discussão sobre justiça climática.

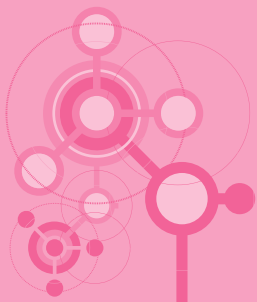
## ANÁLISE DISCURSIVA DAS REPORTAGENS DE SUMAÚMA

Ainda que a dimensão da justiça distributiva, da FD1, seja o principal enfoque da cobertura durante a realização das COPs, privilegiando a governança internacional e trazendo, com certa recorrência, as perspectivas que envolvem as dívidas dos países desenvolvidos com aqueles ainda em desenvolvimento, as reportagens analisadas em *Sumaúma* apresentam uma abordagem local, desde a região amazônica, ampliando a compreensão de justiça climática.

Na primeira reportagem, “Vale tudo para maquiar Belém para a COP-30?”, *Sumaúma* traz, de forma bastante detalhada, a situação da cidade escolhida para sediar a COP-30. Expondo a desigualdade social, bem como problemas ambientais históricos, aponta os interesses políticos e econômicos em jogo, tanto para os governos locais quanto para o presidente Lula, principal articulador junto à ONU para sediar o evento climático. Identifica-se que há um realce em discursos da FD2, evidenciando as estruturas desiguais das populações mais vulnerabilizadas e sinalizando as raízes que sustentam a lógica de desenvolvimento hegemônico. A mineradora Vale, empresa altamente poluidora, é uma das que investe para tornar Belém mais estruturada para receber a COP. Isso demarca a ideologia com efeito de sentido da relação econômica predominante nas negociações climáticas: o enfrentamento da emergência climática é mais uma oportunidade de negócios, negando a necessidade de romper com a dependência dos combustíveis fósseis e da expectativa de um consumo ilimitado. Ainda que exista o atravessamento econômico, os discursos se mostram críticos à naturalização das contradições existentes entre o propósito da conferência e aqueles poluidores que irão financiá-la.

A população mais vulnerabilizada de Belém sofre o descaso de ações políticas que tendem a favorecer a elite econômica. Inúmeras SDs apontam as desigualdades ambientais existentes em Belém a partir das estruturas coloniais-capitalistas

<sup>2</sup> No marco teórico-metodológico da Análise de Discurso, chama-se de SD o trecho identificado para análise e depois relatado pelo pesquisador (Benetti, 2007).



que ainda sustentam o modelo de desenvolvimento hegemônico, inclusive denunciando as estruturas ligadas à emissão de GEE, que financiam as COPs. A reportagem pontua aspectos atrelados às causas que estão por trás da emergência climática, como a exploração de minérios, criticando o financiamento pela mineradora Vale, “responsável por dois dos maiores desastres ecológicos da história do Brasil, [que] financia obras para tornar a capital do estado de Helder Barbalho ‘sustentável’” (Taketa, 2023). Em outra SD, aponta que a empresa “representa tudo o que o planeta precisa superar para controlar o aquecimento global e que estará em debate no maior evento do clima” (Taketa, 2023).

Tal ênfase não significa que o debate macro, da justiça distributiva, desapareça, mas ele é trazido na articulação com outras dimensões de justiça climática, como na SD que declara seus objetivos:

Nesta reportagem, *SUMAÚMA* mostra cenas e conflitos de uma parte de Belém que, na prática, está totalmente afastada do debate sobre as intervenções na paisagem urbana e social que a Cúpula do Clima poderá gerar. No entanto, essas populações são e serão as mais impactadas pela crise climática – as pessoas mais pobres e moradoras de áreas periféricas (Taketa, 2023).

Esta sequência discursiva, para além de sublinhar que os impactos são desiguais mesmo dentro de uma única cidade (FD1), mostra que os moradores não estão sendo envolvidos nas alterações propostas na cidade para o recebimento do evento, sinalizando a ausência de justiça participatória (FD3). Considera-se, portanto, o efeito de sentido ideológico da disputa de poder, com a reivindicação de direitos, ou seja, são os “de baixo” que buscam soluções e, principalmente, a participação.

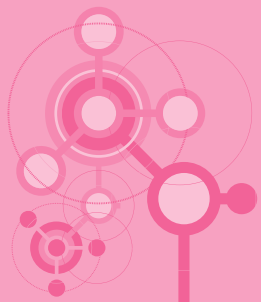
Como traz várias fontes que experienciam as dificuldades de viver em Belém, a FD2 revela-se como uma oportunidade de apresentar outras visões sobre a cidade-sede, expondo como este é um local marcado pela exploração colonial em suas diversas formas, como na voz das famílias Warao: “[...] relatam, com base no próprio testemunho de vulnerabilidade e sofrimento, a experiência do êxodo provocado por grandes projetos agrominerais na Pan-Amazônia”. (Taketa, 2023).

A SD acima evidencia que os projetos de desenvolvimento econômico da região têm gerado expulsão das populações de seus modos de vida e dificuldades de adaptação em uma capital que subjuga o outro pela aparência, pelo modo de falar e agir, enfim, pelo modo de ser — práticas colonialistas que reverberam em diferentes escalas a fim de sustentar os privilégios de uma minoria. A reportagem visibiliza uma Belém desigual, que terá melhorias em razão de uma cúpula internacional (com foco nos futuros visitantes) e não na população local.

Nesse sentido, a justiça redistributiva (FD1) aparece por meio dos impactos econômicos desiguais dentro da mesma cidade, um reflexo do colonialismo interno. Já a FD3, relacionada à justiça participatória, está presente principalmente quando há denúncia da ausência de escuta dos governos às reivindicações daqueles que vivem os desafios da cidade de Belém. Enfatiza-se a representação política envolvida no âmbito nacional e internacional por meio dos agentes políticos, que tendem a se beneficiar com a adesão à causa climática.

A segunda reportagem, “Cúpula da Amazônia: povos-floresta deram demonstração de força para impedir recuo dos governos”, trata de um evento político orientado para a construção de políticas públicas visando à proteção da floresta. Inicialmente, a previsão era de 500 participantes, mas houve mais de 27 mil pessoas credenciadas entre os dias 4 e 6 de agosto de 2023. Além da participação de chefes de Estado do Brasil, Bolívia, Colômbia, Guiana, Equador, Peru, Suriname e Venezuela, houve intensa mobilização da sociedade civil, sobretudo de povos indígenas.





A FD mais mobilizada, como esperado pelo tema abordado, é a da justiça participatória, e ganha contornos críticos quando *Sumaúma* apresenta diferentes níveis de participação: de organizações da comunidade, ONGs, sociedade civil, políticos e governantes, em escalas diferenciadas. Ainda que haja participação, o peso dos atores envolvidos difere. A sociedade civil, sobretudo os povos indígenas, segue tendo menos poder de influência e de decisão do que atores econômicos, por exemplo. No trecho “[...] eles chegavam ali depois de um hiato de 14 anos sem encontros oficiais desse tipo e no contexto de uma floresta muito perto do ponto de não retorno” (Antunes, 2023), é possível verificar a importância dos poderes políticos, tanto que somente com a volta de Lula ao poder, em 2023, houve sinalização para a busca de soluções regionais, mesmo que o consenso ainda não fosse completo entre os chefes de Estado.

A relação entre os entes federativos e as esferas políticas está evidenciada nas movimentações de bastidores trazidas pela reportagem. Após sinalização do governo brasileiro para que as populações locais fossem ouvidas, foi criada uma comissão com “representantes de ministérios e de organizações sociais, incluindo povos indígenas e trabalhadores rurais sem terra, além do Grupo de Trabalho Amazônico, que reúne cerca de 600 associações da região” (Antunes, 2023).

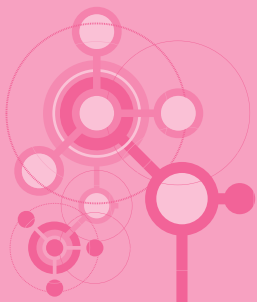
O resultado da Cúpula, anunciado pelos governos participantes, signatários da Declaração de Belém, foi preparado com antecedência “sem participação direta da sociedade”. No entanto, como resultado positivo para os movimentos sociais, foi aprovada uma carta exigindo a não exploração de petróleo na região e um “plano de transição energética justa, popular e inclusivo, com reparação para os povos e territórios afetados”. As organizações indígenas, por sua vez, pediram “zonas de exclusão da exploração de petróleo”, como Yasuní e a foz do rio Amazonas (Antunes, 2023).

O discurso sobre as potencialidades da participação nas definições dos caminhos relativos às questões indígenas e amazônicas no debate climático demonstra que as outras dimensões — econômica e cultural — estão bastante interligadas. Ao mesmo tempo em que se organiza a participação nos fóruns e debates em termos de justiça participatória, os ativistas seguem denunciando o sistema responsável pelas injustiças climáticas, apresentando-se, dessa forma, uma formação discursiva de justiça transformativa.

Alguns trechos da reportagem trazem a voz dos injustiçados, especialmente de povos indígenas e dos mais pobres da sociedade. São apelos para que sejam incluídos na transição necessária. Há discursos fortes que mostram a impossibilidade de enfrentamento dos desafios climáticos sem uma ação que considere a necessária transformação profunda, como este: “olhem para nós e digam se conseguem dormir sabendo que estão nos matando”, disse Concita Guaxipiguara Sompré, professora indígena em Bom Jesus do Tocantins, no Pará, e administradora da Associação Gavião Kyikatêjê (Antunes, 2023).

Os modos de vida estão ameaçados; a cultura e os espaços dos territórios habitados há milhares de anos na Amazônia já sofrem as consequências. Os habitantes sentem o impacto das injustiças em seu cotidiano, como na questão da alimentação: “a indústria da alimentação pressiona para padronizar a dieta. Precisamos de uma produção e distribuição que leve em conta as diferenças, combata a monocultura e o uso de agrotóxicos” (Antunes, 2023).

As disputas de sentido sobre os caminhos para a justiça climática passam, portanto, pelo entendimento de que existem várias dimensões da justiça climática, bem como diferentes escalas de participação. Há um elemento decolonial no debate da justiça transformativa, que inclui a denúncia das mazelas, bem como a necessidade de agir em outra direção, de acordo com o pescador Manoel: “ou a gente transforma o jeito de usar os recursos naturais, perde essa ganância desesperada da moeda, ou vamos ficar numa situação em que talvez até a gente não consiga sobreviver” (Antunes, 2023).



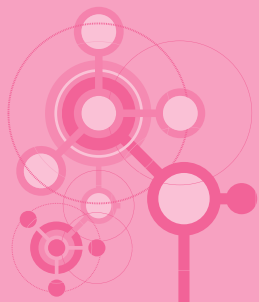
Após a análise das duas reportagens, é possível perceber que as bases do Jornalismo Ambiental (Loose; Girardi, 2017) reforçam aspectos do debate sobre as injustiças climáticas, destacando a multidimensionalidade da expressão (Walker, 2012). Enquanto se enfatiza a produção de reportagens que interconectam causas e consequências, desnaturalizando as práticas que sustentam o modelo de desenvolvimento vigente, busca-se, ao mesmo tempo, dar espaço aos discursos dos afetados, daqueles que mais sofrem com os impactos da crise climática. Visibilizar outros modos de se relacionar com o meio ambiente e compreender outras lógicas de desenvolvimento é uma das formas de o jornalismo contribuir com a justiça epistêmica ou de reconhecimento, que promove também a pluralidade e dá condições para o fortalecimento de uma justiça participatória. Essas dimensões (Rooswall; Tegelberg, 2015), que sempre estão inter-relacionadas, constituem ponto de partida para uma justiça transformativa, que considere uma outra cultura, um modo de ver mais alinhado com a sustentabilidade da vida.

A cobertura de *Sumaúma* sobre a COP-30 destaca as FDs da justiça transformativa e participatória, revelando que há um compromisso da plataforma com pressupostos para uma cobertura complexa e voltada à pluralidade de vozes, aos contextos locais e globais, contextualizando causas e consequências. Também foi possível visualizar a abordagem decolonial, que visa desconstruir percepções sobre a relação entre homem e natureza, especialmente quanto à ideologia do uso de recursos naturais priorizando o progresso a qualquer custo, gerando injustiças ambientais. Entende-se que o objeto desta análise já internaliza os pressupostos do jornalismo ambiental e, conseqüentemente, as lentes da justiça ambiental/climática, sendo o esforço deste estudo desdobrar as ênfases construídas nos discursos sobre a COP-30.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

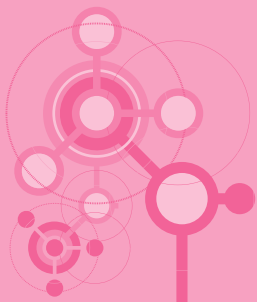
A preservação da Amazônia é o centro das mudanças climáticas no Brasil e no mundo. Neste texto, discutiu-se a justiça climática a partir da cobertura da COP-30, realizada por uma plataforma sediada na região e que luta pela floresta em pé e pelos povos da floresta. Considerando os achados da análise discursiva em *Sumaúma*, este estudo demonstra o potencial do jornalismo ambiental com lente decolonial em ampliar a compreensão da justiça climática. Essa ênfase, evidenciada ao dar voz aos injustiçados e expor as estruturas coloniais-capitalistas que causam a crise, revela a multidimensionalidade da injustiça climática desde a realidade amazônica. O jornalismo, em todas as suas formas, deve estar atento para não reproduzir de forma acrítica os discursos que sustentam a colonialidade climática. Ao contrário, a emergência climática exige uma resposta que rompa com as estruturas e lógicas que acarretaram a crise atual; privilegiar as cosmovisões não coloniais (não exploratórias) pode permitir alternativas até então silenciadas.

Fazer ecoar as demandas locais e ouvir as populações que têm relação direta com a floresta é importante para diversificar as visões sobre a crise climática e pensar em alternativas para o futuro. A Amazônia e seus povos só poderão ser incluídos nos discursos da solução caso a multidimensionalidade da justiça climática não seja apagada dos discursos ou reduzida a um contexto macro, no qual a disputa de sentidos entre nós e eles sirva de justificativa para manter tudo como está.



## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. do A.; BEZERRA, G. N. *O que é Justiça Ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ANTUNES, C. Cúpula da Amazônia: povos-floresta deram demonstração de força para impedir recuo dos governos. *Sumaúma*, 24 ago. 2023. Disponível em: <https://sumauma.com/cupula-da-amazonia-povos-floresta-deram-demonstracao-de-forca-para-impedir-recuo-dos-governos/>. Acesso em: 11 out. 2025.
- ATILES-OSÓRIA, J. M. Colonialismo ambiental, criminalización y resistencias: las movilizaciones puertorriqueñas por la justicia ambiental en el siglo XXI. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 100, p.131-152, 2013.
- BENETTI, M. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, C.; BENETTI, M. *Metodologias de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BRUM, E. *Banheiro Òkòtó: uma viagem à Amazônia, centro do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- CALLISON, C. *Climate change communication and indigenous publics*. Oxford: Oxford Research Encyclopedia of Climate Science, 2017.
- EREAUT, G.; SEGNET, N. *Warm words: How are we telling the climate story and can we tell it better?* London: Institute for Public Policy Research, 2006. Disponível em: <https://www.ippr.org/articles/warm-words-how-are-we-telling-the-climate-story-and-can-we-tell-it-better>. Acesso em: 05 set. 2025.
- FRASER, N. *Scales of Justice: reimagining political space in a globalizing world*. New York: Columbia University Press, 2008.
- GIRARDI, I. M. T.; MORAES, C.; LOOSE, E. B.; NEULS, G.; MASSIERER, C.; CAMANA, A.; GERTZ, L. O olhar do jornalismo sobre a Economia Verde: estudo a partir da cobertura da Rio+20 pelos portais G1, UOL e Terra. *Líbero*, v. 16, p. 71-80, 2013. Disponível em: <https://static.casperlibero.edu.br/uploads/2014/01/6-O-olhar-do-jornalismo-sobre-a-Economia-Verde.pdf>. Acesso em: 05 set. 2025.
- GROSSE, C.; MARK, B. A colonized COP: Indigenous exclusion and youth climate justice activism at the United Nations climate change negotiations. *Journal of Human Rights and the Environment*, United Kingdom, v. 11, n.3, p. 146-170, 2020.
- GUILBERT, T. *As evidências do discurso neoliberal na mídia*. Campinas, SP: EdUnicamp, 2020.
- HERCULANO, S.; PACHECO, T. *Racismo Ambiental: I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental*. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático, 2006.



HUMPHREYS, S. *Human rights and climate change*. New York: Cambridge University Press, 2009.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE: sixth assessment report. *Climate change: impacts, adaptation and vulnerability*. Geneva: IPCC, 2022.

JOSHI, S. Climate justice: taking back the commons. In: BAKER, Z.; LAW, T.; VARDY, M.; ZEHR, S. (ed.). *Climate, Science and Society: a primer*. New York: Routledge, 2023.

LAW, T. Climate Justice: Introduction. In: BAKER, Z.; LAW, T.; VARDY, M.; ZEHR, S. (Eds.). *Climate, Science and Society: a primer*. New York: Routledge, 2023. p. 127-134.

LEFF, E. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.

LOOSE, E. B. *Jornalismos e crise climática: um estudo desde o sul global sobre os vínculos do jornalismo com a colonialidade*. Florianópolis: Insular, 2024.

LOOSE, E. B. *Jornalismo e riscos climáticos: percepções e entendimentos de jornalistas, fontes e leitores*. Curitiba: EdUFPR, 2020.

LOOSE, E. B.; GIRARDI, I. M. T. O jornalismo ambiental sob a ótica dos riscos climáticos. *Interin* (UTP), Curitiba, v. 22, n. 2, p. 154-172, 2017.

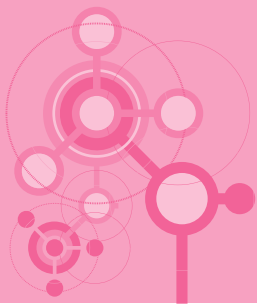
LOOSE, E. B.; BELMONTE, R. V. Activism in Environmental Journalism: how four key moments have helped shape an engagement practice in Brazil. *Brazilian Journalism Research*, v. 19, n. 3, e1594, 2023. DOI: 10.25200/BJR.v19n3.2023.1594. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1594>. Acesso em: 10 set. 2024.

MENDES, F. M. Quase isolados na luta pela vida: jornalismo e representações sobre o Acre no site Amazônia Real. *Revista Internacional Interdisciplinar*, Palmas, v. 21, p. 1-17, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/103217/58062>. Acesso em: 10 set. 2024.

MORAES, C. H. *Entre o clima e a economia: enquadramentos discursivos sobre a Rio+ 20 nas revistas Veja, Isto É, Época e Carta Capital*. 2015. 206 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MORAES, C. H.; FANTE, E. M. Jornalismo e invisibilidade do conflito ambiental no caso da CMPC Celulose riograndense. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, v. 13, p. 110-129, 2020. DOI: 10.51206/e-legis.v13i31.529. Disponível em: <https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/529>. Acesso em: 10 set. 2024.





MORAES, C. H.; KOLLING, P.; MASSIERER, C. Midiativismo indígena no Brasil em favor dos direitos e do clima. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INVESTIGADORES DA COMUNICAÇÃO (ALAIC), 16., 2022, Buenos Aires. *Anais* [...]. Buenos Aires: ALAIC, 2022.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017. DOI: 10.17666/329402/2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2024.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

INTERNATIONAL CLIMATE JUSTICE NETWORK. *The Bali Principles of Climate Justice*. [S. l.]: International Climate Justice Network, 2002. Disponível em: <http://www.ejnet.org/ej/bali.pdf>. Acesso em: 10 set. 2024.

RODRIGUES, J. C. A Amazônia sob novas encruzilhadas? Uma reflexão crítica sobre as novas colonialidades face à emergência climática. *Papers do NAEA*, Belém, v. 1, n. 1, 2024. DOI: 10.18542/papersnaea.v1i1.17759.

ROOSVALL, A.; TEGELBERG, M. Media and the Geographies of Climate Justice: Indigenous Peoples, Nature and the Geopolitics of Climate Change. *TripleC*, Áustria, v. 13, n. 1, p. 39-54, 2015. DOI: 10.31269/triplec.v13i1.654. Disponível em: <https://www.triple-c.at/index.php/tripleC/article/view/654>. Acesso em: 11 out. 2025.

SULTANA, F. The unbearable heaviness of climate coloniality. *Political Geography*, v. 99, 2022. DOI: 10.1016/j.polgeo.2022.102638. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S096262982200052X>. Acesso em: 11 out. 2025.

TAKAHASHI, B. Framing and sources: A study of mass media coverage of climate change in Peru during the V ALCUE. *Public Understanding of Science*, v. 20, n. 4, p. 543–557, 2011. DOI: 10.1177/0963662509356502. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21936267/>. Acesso em: 11 out. 2025.

TAKAHASHI, B.; MARTÍNEZ, A. *Climate Change Communication in Peru*. Oxford: Oxford Research Encyclopedia of Climate Science, 2017.

TAKETA, B. Vale tudo para maquear Belém para a COP-30? *Sumaúma*, 25 jul. 2023. Disponível em: <https://sumauma.com/vale-tudo-para-maquiar-belem-para-a-cop-30/>. Acesso em: 11 out. 2025.

WALKER, G. *Environmental justice: concepts, evidence and politics*. London: Routledge, 2012.

---

Artigo recebido em 28/05/2025 e aprovado em 22/09/2025.